



Anais da Assembléia

N.º 68

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DS 59.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Facci e Ezequias Losso.

Às 9:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Squarezzi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Aciaberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens.

MENSAGEM 79/82

Curitiba, 21 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos (2o.) datados de 14 de maio de 1982, aos Convênios celebrados em 21 de março de 1980, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios de ALMIRANTE TAMANDARÉ (01/80), ARAUCÁRIA (02/80), Balsa Nova (03/80), BOCAIUVA DO SUL (04/80), CAMPINA GRANDE DO SUL (05/80), CAMPO LARGO (06/80), COLOMBO (07/80), MANDIRITUBA (09/80), PIRAQUARA (10/80), QUATRO BARRAS (11/80), RIO BRANCO DO SUL (12/80), e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (13/80), objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 80/82

Curitiba, 21 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio 08/82-SETR, celebrado em 17 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de APUCARANA, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras de melhoria no aeroporto do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 81/82

Curitiba, 21 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Acordo para Cooperação Técnica e Financeira no. 11/82-SETR, celebrado em 20 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de FAXINAL, objetivando a execução de obras de melhoria de acessos rodoviários à cidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 82/82

Curitiba, 21 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Município

data da celebração

BORRAZÓPOLIS

05/02/82

MANDAGUARI

05/04/82.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 83/82

Curitiba, 21 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 14 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de ASTORGA, CALIFÓRNIA, CENTENÁRIO DO SUL, CIDADE GAÚCHA, CRUZEIRO DO SUL, DIAMANTE DO NORTE, FAXINAL, GRANDES RIOS, GUAIRACÁ, GUAPOREMA, ITAGUAJÉ, JANIÓPOLIS, JARDIM OLINDA, LOANDA, MARILUZ (2 Conv.), MIRADOR, MIRASELVA, NOVA ESPERANÇA, NOVA OLÍMPIA, PAIÇANDU, PARAISO DO NORTE, PARANACITY, PARANAVAÍ, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, ROLÂNDIA, SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, SÃO PEDRO DO PARANÁ, TAPEJARA, TAPIRA, TERRA RICA (2 Conv.), TUNEIRAS DO OESTE, UMUARAMA e URAÍ, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 84/82

Curitiba, 21 de junho de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana:

| Município | data do convênio |
|------------------------|------------------|
| ARARUNA | 14/05/82 |
| BELA VISTA DO PARAISO | 31/05/82 |
| BOM SUCESSO | 14/05/82 |
| BOM SUCESSO | 14/05/82 |
| CAMPO MOURÃO | 14/05/82 |
| COLORADO | 14/05/82 |
| CONGOINHAS | 14/05/82 |
| GUARACI | 14/05/82 |
| IBIPORÃ | 14/05/82 |
| IGUARAÇU | 14/05/82 |
| IVATUBA | 14/05/82 |
| IVATUBA | 14/05/82 |
| MANDAGUAÇU | 14/05/82 |
| MANDAGUARI | 14/05/82 |
| MARINGÁ | 13/05/82 |
| NOVA AMÉRICA DA COLINA | 14/05/82 |
| OURIZONA | 14/05/82 |
| RONDON | 14/05/82 |
| SABÁUDIA | 14/05/82 |
| SANTA INÊS | 14/05/82 |

| Município | data do convênio |
|------------------|------------------|
| SÃO JOÃO DO IVAÍ | 14/05/82 |
| SERTANEJA | 14/05/82 |
| SERTANÓPOLIS | 14/05/82 |
| UBIRATÃ | 14/05/82 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ACCACIO DE OLIVEIRA VERMELHO, ocorrido em Apucarana, no último dia 19.

Requer ainda, seja dado ciência do presente à família enlutada, na pessoa do Dr. Raymundo do Prado Vermelho, residente à Rua Tomé de Souza, 320, Zona 02 - Maringá - Pr.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de voto de pesar pelo falecimento da Senhora RUBINA MARQUES DE CASTRO, ocorrido na data de ontem, na cidade de Tapejara-Pr.

Matrona muito querida por todos, de respeitável família, adoentou-se, vindo a falecer aos 84 anos de idade, deixando a sociedade local consternada.

Requer ainda que da decisão da Casa, seja dado conhecimento do presente à família enlutada na cidade de Tapejara-Pr.: à Rua 7 de Setembro, s/n; à Rua Acre, s/n, e à Av. Rui Barbosa, 1593; em Londrina-Pr, seu filho Sr. Abnel de Castro Rezende, à Av. Rio Branco, 380, e Rio de Janeiro-RJ, seu filho Sr. Antônio de Castro, à Rua Jutilândia, 235, Guarabá - Ilha do Governador.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1982.

(a) ANTÔNIO COTRIM

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, preferência de votação aos Projetos de Lei números 57, 56 e 74/82 e 174/81, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao aproximar-se a campanha eleitoral de 1982, já por várias ocasiões, notamos o sintoma que se aproxima aí uma campanha violenta, corrupta em todos os sentidos.

Recebo aqui, a denúncia do setor jovem do futuro Município de Missau, do PMDB, em que nos dizem que candidatos

do PDS estão a ameaçar os velhinhos aposentados e os pretendentes à aposentadoria, com a alegação mentirosa de que, se não se filiarem ao PDS não teriam direito à aposentadoria, como se o INAMPS, como se a Previdência Social fosse patrimônio de um Partido; como se a aposentadoria não fosse um direito líquido e certo de todos os cidadãos que, com o seu trabalho, o seu suor, contribuíram para com o progresso, e não só para com o progresso da Nação, mas contribuíram, e muito bem, para formar o patrimônio da Previdência Social.

Para evitar esses abusos, para evitar essa forma mentirosa de se fazer campanha política, e de se conseguir angariar filiados para o Partido, seja qual for, é que estamos aqui hoje, levantando a nossa voz em protesto contra esse tipo de candidatos, contra esse tipo de campanha suja, campanha corrupta, e estamos a solicitar, na certeza de que os Deputados também do PDS, nesta Casa, haverão de convir conosco e aprovar um requerimento em que pedimos ao INAMPS, ao FUNRURAL e ao INPS, enfim, ao órgão da Previdência Social que, através dos seus postos, comuniquem pública e oficialmente, através de boletins, de que a aposentadoria do cidadão brasileiro, do contribuinte, não tem nada que ver com filiação partidária.

É neste sentido que estamos subscrevendo e encaminhando requerimento à Mesa, sugerindo ao Superintendente Regional do INAMPS, para que tome providências neste sentido e esclareça a todos os aposentados, esclareça a todos os contribuintes, que INPS, FUNRURAL, INAMPS, enfim, não têm nada a ver com campanha política, não têm nada a ver com Partido, seja qual for a sua coloração.

Acreditamos ser de justiça e urgente fazer este esclarecimento, para que esses abusos, para que a corrupção não tome conta da campanha de 1982, para que possamos, realmente, adentrar ao processo da redemocratização deste País, de uma forma limpa, honesta e digna dos cidadãos brasileiros.

Não podemos admitir, Sr. Presidente, que apesar das taxas que já se cobram dos coitados aposentados; que, apesar dos abusos do "pacote" da previdência, mais um abuso se cometa contra os cidadãos contribuintes da Previdência Social.

Não podemos admitir que se faça, a partir da aposentadoria, que é um direito líquido, uma campanha desonesta.

É neste sentido que contestamos, juntamente com o setor jovem do PMDB de Missau, que apresentamos o requerimento, esperando aquiescência da Mesa e demais Srs. Parlamentares.

Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado João Elísio.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Revelando mais uma vez não ter critérios lógicos para estabelecer as regras do jogo econômico, o governo anunciou há poucos dias mais uma forma de sangrar aos brasileiros, do empresariado ao mais simples trabalhador.

Às vésperas da etapa decisiva da batalha eleitoral, que deverá dar ao partido do Governo exatamente a resposta que merece, a tecnocracia estabelecida nas salas do Palácio do Planalto decidiu por descobrir uma forma para angariar mais alguns votos, mesmo que isto, na revelação dos fatos, custe ônus a quem diz beneficiar.

Estamos falando do FINSOCIAL, um novo tributo que faz reviver a quase sepultada cascata oficial, que o mesmo regime que hoje nos governa condenara há 18 anos.

Nestes dias que se passaram do seu anúncio, um verdadeiro vendaval de protestos soprou por todo o País. Os empresários, que retirarão dos seus rendimentos brutos, 0,5 por cento para entregar a tal fundo, se vêem vitimados por um ato essencialmente inconstitucional, porque multirributário, mas que o governo bem soube enquadrá-lo como uma "contribuição".

Os trabalhadores e assalariados em geral têm conhecimento de que serão indiretamente atingidos. Sabem que, sem dúvida, serão repassados os custos de mais este imposto ao preço final dos produtos, e isto já anunciaram empresários paulistas que o farão. Disseram estes homens de negócios que a cada meio por cento descontado em cada fase da incidência do FINSOCIAL, cerca de 01 a 03 por cento de aumento será verificado em cada produto a nível de consumidor, inclusive dos alimentos básicos.

Além de inflacionário, portanto, Sr. Presidente, este ditame do Governo Federal traz a todos nós, brasileiros, a revelação de que tudo pode acontecer neste País, para que o Partido oficial permaneça no Poder. Não bastaram todos os casuismos, e agora tenta-se legitimar formas travessas de convencimento do eleitorado.

O custo deste novo imposto — e só assim podemos chamá-lo — é, entretanto, muito alto para todo o Brasil. Ele cria um verdadeiro caos às finanças estaduais, à medida que retém parcela significativa do ICM. E o Paraná, segundo o próprio informe oficial, perderá 25 por cento desta que é uma de suas maiores arrecadações. O nosso Estado perde 15 bilhões de cruzeiros nesta jogada eleitoral, e mesmo que aqueles que criaram o FINSOCIAL jurem seus bons propósitos, ninguém acreditará a não ser eles próprios.

E por quê, Srs. Deputados?

Imediatamente após o anúncio, vieram as reações. São muitas, e graves.

Ao falar pela televisão, o Presidente da República anunciou também a transformação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em "Social". A ligação entre as duas notícias divulgadas, acabou por revelar as verdadeiras intenções governamentais. Ao invés de moradia, empregos, implementos agrícolas, etc., busca-se na realidade uma cobertura para os imensos déficits deste mesmo banco. E este banco tem sua vida marcada pelas necessidades de cobrir o crescente endividamento governamental. Endividamento que se não é nada, chega a 4 trilhões de 100 bilhões de cruzeiros somente em emissões de ORTNs.

E mais, Srs., quando um Presidente da República reconhece, perante o vídeo, que o imposto é inflacionário, imaginamos os resultados de mais esta aventura.

Pretendendo arrecadar 250 bilhões de cruzeiros em um ano, o governo contraria as mais elementares regras para conter o acirramento da crise econômica. Busca, nesta forma ditatorial de cobrança, uma saída para sua crise política. Vende a imagem de distribuidor, enquanto arrecada. Assim, desconhece as consequências de seus passos.

Já se levantou uma série de dados que colocam o FINSOCIAL em "fim de linha" já antes de entrar em vigor. Entre eles, o fato de estar vinculado a órgão, fundo ou despesa. E o FINSOCIAL vincula-se ao BNDES.

Da mesma forma, que isto o torna inconstitucional, ou pelo menos imprime um caráter duvidoso ao decreto-lei presidencial, o fato de promover a cascata fiscal o torna condenável.

É interessante que o mesmo governo que acabou com o Imposto Sobre Vendas e Consignações, para aplicar o atual ICM, na intenção de não multirributar, busca agora no FINSOCIAL o desaguadouro para seus problemas.

Abusando da semântica, criando novos termos, imaginando justificativas falsas e dificilmente comprováveis, já que não se apresentou nenhum programa de aplicações, o governo federal lançou sobre as costas de todos os brasileiros a responsabilidade por seus equívocos.

Entretanto, esta questão interessa a todos. E, portanto, repudiamos e exigimos uma análise aprofundada das consequências, e o sepultamento desta medida que cheira a ditadura tributária.

É quando pedimos uma reforma tributária; é quando o

empresariado nacional se sente no sufoco diante do custo do dinheiro, da descapitalização constante que leva a verificarmos oito falências diárias no Paraná; é quando sabemos que o processo inflacionário jogará para cima os preços aviltando até os gêneros de primeira necessidade, que exigimos a responsabilidade de quem criou o FINSOCIAL.

Esperamos que o Governo do Paraná se manifeste, e não permita mais esta sangria nas suas finanças, já que o seu poder político há muito se foi.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho, neste instante, comunicar ao povo do Paraná que, infelizmente, não vou andar nu aqui na Assembléia. Porque o Secretário dos Transportes, um moço bonito, para quem votamos verbas, não cumpriu com a palavra, quando disse que estaríamos dispostos — até dissemos uma besteira aqui na Assembléia — que estaríamos dispostos a andar nu se ele cumprisse com a palavra de fazer a estrada que liga Tomazina a Salto do Itararé.

Depois que a Assembléia votou empréstimo, esse moço que não tem competência nem capacidade, esse moço que, por força das circunstâncias conseguimos, Deputado Palácios e nós, a licitação da estrada de Jundiá do Sul a Ribeirão do Pinhal.

Agora, pasmem, Srs. Deputados, pasme meu Líder, não fomos ouvidos, porque fomos perseguidos, estamos sendo perseguidos dentro da nossa própria área. Esse moço, o Secretário dos Transportes, não merece a nossa confiança, é um homem completamente alheio às causas paranistas.

Talvez: ele seja a falha do nosso Governo, a tutela que o PDS está dando para esse moço que está prejudicando os homens que têm voto, o voto do povo, estão sendo prejudicados por este mocinho protegido pelo Governo.

Não se o compara, Sr. Presidente, com um homem como Osiris Stenghel Guimarães com esse moço que prefiro declinar o nome. Este moço que está fora da realidade, esse moço que está enterrando o Paraná e diz que não precisa dos vencimentos da Secretaria, esse moço que é o flagelo, o segundo flagelo paranista, esse moço que, muitas vezes, é defendido aqui até pelo meu Líder, que não dá confiança para Deputados da Situação, que não dá confiança para a nossa bancada, esse moço vai ser a desgraça do Paraná. Não aplicou nem 10 por cento em estradas, do que aplicou Osires Stenghel Guimarães no Governo Jayme Canet Júnior.

Esse moço que é protegido, que tripudia sobre Deputados, que numa licitação não dá satisfação a Deputados, a nós que viemos aqui com o voto do povo e haveremos de voltar aqui.

E faço um apelo ao nosso nobre Líder que solicite que esse moço venha prestar contas das verbas, dos empréstimos que foram feitos para sua Secretaria, para que ele possa aplicar essas verbas para que o Paraná não o tenha como o segundo flagelo. É um flagelo paranista, é um homem insensível.

Faço um apelo ao nosso Líder, que faça uma reunião de bancada e veja como está procedendo esse moço, o que ele faz conosco.

Na minha cidade, na minha região, para solicitarmos uma estrada, foi feita uma licitação e nem confiança esse moço dá a esses prefeitos. Quero cobrar isso, ao Líder Erondy Silvério que venha e diga se estou errado, e cobre desse moço, desse segundo flagelo paranaense que, infelizmente, o nosso Governador colocou na Secretaria dos Transportes. É uma calamidade pública, um homem que nada fez.

Muito obrigado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não havendo mais oradores inscritos nem para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, a Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, a Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Três assuntos, um com destaque político, outro diz respeito a um pedido de informações que encaminharemos à Casa com o objetivo de sabermos, junto ao IAPAS, sobre possíveis fraudes no pagamento de débitos previdenciários, especialmente quando possam estar sendo praticados por Prefeito Municipal que, se servindo da função do "munus" público que exerce, redige e utiliza em proveito próprio, declaração com conteúdo inverídico, com o objetivo, evidentemente, de fugir ao cumprimento dos débitos previdenciários, como consta de uma denúncia especificamente ajuizada, contra Antônio Fregulha, de Formosa do Oeste, e que, portanto, consta deste nosso pedido de informações, para encaminhamento às autoridades competentes.

Sr. Presidente, temos recebido intensas e profundas reclamações sobre a cobrança, por parte da COPEL, da taxa de iluminação pública em vias onde não existe rede de iluminação em funcionamento.

Como já fizemos aqui denúncias, protestamos junto à imprensa, e esta prática se repete, queremos neste dia encaminhar à Mesa um projeto de lei com todas as suas possíveis deficiências mas, um projeto que tem, como súmula, pretender proibir a cobrança da taxa de iluminação nas vias públicas onde a COPEL não tenha fornecido tal serviço à população.

O nosso objetivo, portanto, é vedar à Companhia Paranaense de Energia, o lançamento e cobrança de tarifas, taxas ou sob qualquer título, de iluminação pública nas vias onde inexistir rede de iluminação em funcionamento.

Por outro lado, entendemos também que após o fornecimento da iluminação pública, deverá a COPEL submeter à apreciação do Poder Legislativo para análise, dos critérios e valores a se cobrar do contribuinte, nunca ultrapassando os custos de manutenção das respectivas redes e serviços.

É um projeto de lei que acreditamos possa ao menos agilizar outras medidas, com o objetivo de evitar essa apropriação indébita, porque o contribuinte deve objetivamente obter o retorno, quando faz a sua contribuição, e no caso específico temos aos milhares neste Estado, ruas e bairros inteiros em que o contribuinte está pagando taxa de iluminação pública, quando, por vezes, nem poste de iluminação nas ruas possui. Portanto, por isso entendemos que se trata de uma fórmula sofisticada de apropriação indébita porque o serviço público não existe, e a cobrança está sobrecarregando as tarifas de energia elétrica que já por demais pesadas caem sobre a vida principalmente da classe média e da classe baixa, especialmente dos trabalhadores.

Tomara, portanto, que possamos neste projeto que pretende proibir a cobrança de taxa de iluminação nas vias públicas onde a COPEL não tenha fornecido tal serviço à população, obter o respaldo desta Casa e que, esta empresa de economia mista possa tomar uma posição definitiva, evitando isso que repetimos, entendemos ser uma verdadeira apropriação indébita sobre a vida e o bolso dos trabalhadores do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos utilizar o Horário da Liderança do PMDB neste dia, para registrar, mais uma vez, o que entendemos por desequilíbrio do processo eleitoral em andamento, especialmente quando aqui no Paraná,

nós começamos a sentir determinadas situações que, se de um lado nos intranquilizam, de outro geram até apreensões sobre o andamento do processo eleitoral.

Inicialmente reporto-me a uma candidatura do PDS — se entendemos nós que todos os cidadãos habilitados com o título de eleitor têm direito a voto e direito a serem votados, também há um limite.

Quando se utiliza das funções públicas, dos instrumentos do Estado para que essas campanhas possam obter algum resultado de aglomeração, de aglutinação eleitoral. E recebemos mais de meia dúzia de manifestações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre um candidato do PDS que, filho do Presidente do Tribunal de Justiça, e sei que estou mexendo num assunto polêmico, e por certo por muitas vezes haveria a preferência de tangenciá-lo, mas candidato do Partido oficial, filho do Presidente do Tribunal de Justiça, utiliza da estrutura do Poder Judiciário e, através da Secretaria da Presidência do Tribunal de Justiça fica agenciando reuniões político-eleitorais no interior do Estado do Paraná. Mas, como se isso não bastasse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação chega a tal ponto de apreensão que, a Secretaria da Presidência do Tribunal de Justiça, ao agenciar esses encontros políticos-eleitorais sob o disfarce de convites, o faz, nos próprios do Poder Judiciário do Estado, e nas comarcas do interior são promovidas reuniões sob o convite (entre aspas, dizemos nós), desta Secretaria do Tribunal, para Promotores, Juízes, Serventuários.

E é óbvio, Sr. Presidente, que todos os membros da máquina do Poder Judiciário de cada comarca acatam este convite, e lá chegando, deparam nada mais nada menos com uma bem disfarçada proposta de campanha política, sob a condição de que, cada Comarca precisa atingir uma somatória de 200 votos para esse referido candidato. É óbvio que se usam subterfúgios e se escamoteia até, às vezes, na maneira de se promover a reunião, sob a alegação de que se está fazendo uma visita, ou sob a alegação de que está se fazendo um encontro, e as pessoas foram convidadas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será que podemos entender assim, quando os próprios Juízes Eleitorais se vêem condicionados a convidar promotores, outros Juízes e Serventuários, a participarem desta reunião? O que, além de inconstitucional, Sr. Presidente, traz ainda outra gravidade, gera, realmente, toda a apreensão. É que é inadmissível que se possa estar utilizando parcela do Poder Judiciário para esta prática político-eleitoral. Porque aí, Sr. Presidente, somos obrigados a deixar registrado nos Anais desta Casa, sob nossa inteira responsabilidade de que parte do Poder Judiciário do Paraná está sob suspeita, enquanto práticas desta espécie estão se proliferando no Interior do Paraná.

Aliás, aqui também na Capital, pressões ocorrem em cartórios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, com clareza, dizer que nada temos contra qualquer cidadão que queira se candidatar dentro de suas prerrogativas de cidadão, estando habilitado, tendo direito a voto e ser votado, mas daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há uma distância entre isso, uma distância entre a moralidade, a ética, e o respeito ao "munus" público. Porque, não temos receio disso, Sr. Presidente, trata-se de importantes setores de outro Poder, o Poder Judiciário.

Mas isso não nos importa. Não iríamos calar. E ao menos, se for possível, iremos ocupar o pequeno espaço da opinião pública do Estado do Paraná, para que uma voz se levante e possa dizer que isso não é possível, sob pena de mais um descalabro para o lado eleitoral, porque o Poder Executivo que já faz coisas de toda espécie para o agenciamento eleitoral. Mas não esperávamos que parte do Poder Judiciário convocasse parcela de sua estrutura para mobilizar, nas comarcas do interior, em especial Promotores, Juízes, Serventuários, para que

reuniões fossem promovidas. E no final da história, nada mais são do que pressões para que cada comarca possa agenciar uma quantidade de votos, possibilitando e viabilizando uma candidatura do filho do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

E vou mais longe: sei e tenho colegas que testemunharam porque advoguei oito anos numa região de 16 municípios, e sei de comarcas que, por exemplo, atingem 3, 4, 5 municípios, e muitos Juízes e Promotores, Serventuários, se viram na contingência de abandonarem suas atividades, transferindo audiências e julgamentos, para atender esse "convite" para que comparecessem à sede da comarca e fossem recepcionados por uma bem elaborada proposta eleitoral.

E eu pergunto, Sr. Presidente, como é que ficam aqueles oficiais de Justiça "ad-hoc" e os auxiliares de Cartório, os auxiliares juramentados que estão realmente numa situação de instabilidade funcional e que, portanto, acabam — como senti isso — como oficiais de Justiça "had-hoc" e como auxiliares juramentados preocupados. Sei também de juízes que tiveram uma elegante repreensão, quando disseram "mas Doutor, temos aqui candidatos locais". E a resposta foi "parece que o Senhor não entendeu?".

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos eleições e queremos a prática democrática mais séria, justa e limpa possível. Desejamos que, se possível, multipliquem-se as candidaturas em todas as regiões, em todo o Estado, em todas as funções. Mas daí, há um abismo, há uma distância entre isso e direta e indiretamente se utilizar do "munus" público, do poder funcional que se tem, das ligações parentais próximas que se possa ter, e colocar isso, atrelado a uma proposta eleitoral independente de que partido possa ser.

Era um protesto que precisamos registrar, Sr. Presidente, porque não nos sentíamos bem antes do término deste semestre, deste meio ano de Assembléia Legislativa de 82, do ano eleitoral, e sentimos como sentimos, as mais diversas manifestações de repúdio, de apreensão, de muitos Promotores, Juízes auxiliares e até Oficiais de Justiça que se sentem indistintamente intimidados ante esta proposta.

Darei com prazer um aparte ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Quero dizer que o pronunciamento de Vossa Excelência é muito oportuno, e com respeito ao assunto, também já ouvi rumores por aí.

E a minha intervenção no seu pronunciamento, é tão somente para dizer que eu chamaria a atenção da direção do nosso partido, também para que verificasse as condições legais, do filho do Presidente do Tribunal de Justiça ser candidato, uma vez que se trata de um candidato que está ligado por laços de parentesco ao Presidente de um dos poderes do Estado, que tem condições de influir na estrutura do Poder Judiciário e pressionar desde os Juízes até os Oficiais de Justiça, isso até já podemos antecipar que temos conhecimento do que está ocorrendo.

Portando, Sr. Deputado Nelson Friedrich, acho que devemos começar aqui, agora, com o pronunciamento de Vossa Excelência, tomar uma posição com respeito ao assunto, que é muito delicado e irá comprometer, inclusive seriamente, o Poder Judiciário, e até quero dizer mais, até nossa confiança de como se conduzirá o Poder Judiciário, nesta hora tão difícil para a classe política.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, Deputado

Lineu Turra, e que, acima de tudo, traz essa manifestação serena de que não temos dúvida, porque na medida em que práticas como as que sentimos, estão sendo realizadas em comarcas do interior, parte ao menos do Poder Judiciário do Paraná, parte desse Poder Judiciário passa a ficar sob suspeita quanto aos princípios da imparcialidade, da isenção, da força que o

magistrado deve ter.

Porque se você, se todos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisarmos com um mínimo de frieza, não podemos concordar de que, de repente, o Poder Judiciário, as comarcas de interior, os juízes, como houve casos em que determinadas comarcas, em que o próprio juiz eleitoral é que promoveu os convites, em que os telefonemas, as solicitações das presenças foram feitas pelo titular exatamente da Justiça Eleitoral. E qual a surpresa em comparecendo à reunião, trata-se de uma reunião, como disse, bem sofisticada na sua elaboração para, talvez, evitar más interpretações de imediato, mas que, no seu conteúdo, no seu mérito, na sua finalidade, tratava-se essencialmente de objetivo eleitoral, de objetivo de agenciar votos com o objetivo evidente de procurar canalizar votos de Serventuários, de Juízes, de parentes, de amigos, de membros das famílias de Oficiais de Justiça e tantas coisas mais.

E não faltaram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após essas reuniões, as famosas distribuições de santinhos e decalques do referido candidato.

Eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como advogado, como cidadão, como democrata, como homem público, como membro de um Partido, não calarei. Não importa. Está ligado ao setor mais importante do importante Poder Judiciário de qualquer País, de qualquer Estado. Não importa. É um absurdo. É a degenerescência político-eleitoral.

Assim entendemos, e por isso o registro de nossa manifestação e tomara — tomara — que nós possamos recuperar essa isenção, essa imparcialidade e essa posição de Magistrado que todos têm que ter dentro do Poder Judiciário, inclusive a sua estrutura administrativa como, por exemplo, a Secretaria do Tribunal que, em hipótese alguma, poderia promover esses telefonemas para que acontecessem estas reuniões que digo SIM, fossem para a Corregedoria para fazer correições, para levantar situações, então, tudo bem, todos os candidatos têm direito e devem ir aos cartórios, aos tribunais, às comarcas, aos juízes promover reuniões e discutir problemas políticos, mas não com o objetivo de, direta ou indiretamente, agenciar votos para este ou àquele candidato.

Agradeço, Sr. Presidente, e registro nos Anais, para que fique muito clara esta posição porque não podemos concordar com este tipo de prática que haverá de denegrir o Poder Judiciário e a História Política deste Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Trajano Bastos e Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei números 57, 56 e 74/82, e 174/81, constantes da Ordem do Dia de hoje. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 57/82, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 58/82), que assegura ao funcionalismo estadual o direito a contar, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, o tempo referente a serviços prestados em atividades regidas pela Lei Federal 3807, de 26/08/60 - Lei Orgânica da Previdência Social (anexo Projeto de Lei 88/81), de autoria do Deputado Lineu Turra, sobre a mesma matéria). Pareceres Favoráveis da C.C.J e C.F., com Emendas, por unanimidade. Com emendas de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda número 01. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 02. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 03. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 04. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 05. - **Aprovada.**

Em votação o projeto. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/82, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 57/82), que estabelece condições para a realização, no corrente ano e no exercício de 1983, de promoções por avanço vertical, por habilitação de Professores e Especialistas de Educação. Parecer Favorável da C.C.J., com EMENDA n.º 01 e Sub-Emenda à mesma, por maioria. Em regime de urgência. - **Aprovado. Publicado no D.A. 39/82.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 56/82

PARECER:

O presente plano de lei complementar, oriundo de mensagem governamental, objetiva "estabelecer condições para a realização, no corrente ano, e no exercício de 1983, de promoções por avanço vertical, por habilitação de professores e Especialistas de Educação".

Tal medida, reduzindo o interstício e estabelecendo datas fixas para a realização das referidas promoções, atende as reivindicações justas dos Mestres paranaenses, facilitando-se o acesso dos professores a novos avanços em sua carreira e, somadas às outras medidas propostas pela Mensagem Governamental - criação de 5.200 cargos de Professor MPP-100 e 1.500 cargos de Especialistas de Educação MPE-200, irá, efetivamente, propiciar melhores condições de trabalho ao pessoal docente do Estado, conseqüentemente, elevar a qualidade de educação oferecida aos estudantes paranaenses.

Sobre o assunto, o Deputado Airton Cordeiro apresenta emenda visando oferecer aos professores mais antigos - aqueles que com mais de vinte anos de efetivo exercício e portanto os que dedicaram praticamente sua vida à causa do magistério - acesso ao último nível da carreira e ensejando que esses mestres tenham uma justa recompensa pela dedicação demonstrada. A essa emenda, oferece sub emenda, procurando garantir o mesmo direito aos especialistas de educação habilitados.

É de se destacar que a mensagem governamental irá oferecer condições de promoções verticais a mais de 12 mil professores do quadro de pessoal e de especialista de educação, atendendo-se assim ao estatuído no artigo 32, parágrafo 2o., alínea b, da Lei Complementar número 07, de 22 de dezembro de 1976.

Desta forma, sou de parecer de que o presente projeto, devidamente justificado e estando de acordo com a constituição e legislação pertinente, está em condições de merecer aprovação desta Comissão, com emenda e sub emenda para ser encaminhado ao douto plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

EMENDA NÚMERO 01

ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 56/82

Acrescente-se ao Art. 1.º o seguinte parágrafo:

"Art. 1.º —

§ 1.º — Fica assegurado ao professor habilitado em curso superior de licenciatura plena da área de Educação e que possua no mínimo vinte (20) anos de exclusiva dedicação ao Magistério, o enquadramento, no mês de outubro de 1982, na classe E, nível 5, do Quadro Próprio do Magistério"

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A condição que é proposta na presente Emenda ao projeto de lei complementar, tem por finalidade atender justa reivindicação de inúmeros Professores que aguardam o seu enquadramento em nível compatível com as suas habilitações e ao tempo de serviço que têm prestando ao Magistério Estadual em dedicação exclusiva. Tal reivindicação não é fato novo. Foi um dos itens largamente debatidos em várias reuniões da classe do Magistério, das quais participamos, e ventilada por inúmeras vezes pela imprensa de nosso Estado, através de notas da Associação dos Professores do Paraná.

Por ser de justiça e plausível tal reivindicação, é que apresentamos a presente Emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUB-EMENDA À EMENDA N.º 01

Substitua-se no § do Art. 1.º, as expressões:

"Fica assegurado ao professor habilitado em curso superior de licenciatura plena da área da Educação e que possua no mínimo 20 (vinte) anos", por

§ — FICA ASSEGURADO AO PESSOAL DO MAGISTÉ-
RIO PORTADOR DE LICENCIATURA PLENA E
QUE POSSUA NO MÍNIMO VINTE (20) ANOS..."

Sala das Comissões, em

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/82, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 76/82), que dispõe sobre a regularização do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, ainda não recolhido e cujo prazo de pagamento tenha expirado até 31 de março de 1982 e dá outras providências. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. — **Aprovado. Publicado no D.A. n.º 062).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 74/82

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 76/82, o presente plano de lei objetiva regularizar o recolhimento do ICM, cujo prazo de pagamento tenha expirado até 31 de março de 1982.

A solicitação do prazo constitucional é justificada pela necessidade, oportunidade e elevado interesse público da medida.

Inexistem óbices de natureza constitucional ou legal à Aprovação do Projeto.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/81, de autoria do Deputado NELTON FRIEDRICH, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de TOLEDO, o imóvel de propriedade do Estado, contendo um prédio de alvenaria, conforme específica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência e estou encaminhando requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 124/81.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — **Aprovado.** De acordo com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/81, de autoria do

Deputado DAVID CHERIEGATE, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de CASCAVEL, área de terras, conforme específica. Parecer Favorável da C.C.J., com EMENDA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Rejeitado. Publicado no D.A. n.º 129, de 22/10/81.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 124/81

PARECER:

O eminente Deputado David Cheriegate, submete à apreciação deste Poder a presente iniciativa tendente a autorizar o Executivo a doar ao Município de Cascavel o imóvel constituído de parte do lote de terra rural número um, da Gleba Cascavel, Chácara do Patrimônio Cascavel, da Colônia situada no Município citado, contendo a área remanescente de duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete metros quadrados, aproximadamente, sem benfeitorias, transcrito no Registro Geral de Imóveis da Circunscrição, sob o número 24.742, e matrícula número 1.523.

Dispõe ainda a mencionada iniciativa que a Prefeitura de Cascavel promoverá a regularização dos ocupantes dos lotes do imóvel objeto da doação, nos termos de levantamento já procedido pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado.

Ao final, reserva o saldo da área à utilidade pública, para livre disposição daquela municipalidade.

O projeto vem instruído com abundante documentação capaz de demonstrar a conveniência e a oportunidade da medida proposta, o que fica bastante claro através da leitura da bem elaborada justificativa.

Sob o aspecto constitucional, o projeto merece livre trâmite, eis que a alínea c) do inciso VIII do art. 21, da Carta Estadual, atribui à Assembléia, com a sanção do Governador, a autorização para a concessão, alienação ou arrendamento de imóveis do domínio estadual.

Formalmente, a matéria apresenta-se correta e em consonância com as exigências regimentais.

Face ao exposto, aprovo o projeto, com a inclusão da emenda anexa apresentada pelo Deputado Fidelcino Tolentino.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

PROJETO DE LEI N.º 124/81
EMENDA

Inclua-se no Art. 2.º, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Os proprietários de lote, que adquiriram mediante escritura, em data anterior ao confisco da área referida neste artigo, terão seus títulos ratificados pela Prefeitura".

Sala das Comissões, em de maio de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

O SR. FUAD NACLI — (Pela Ordem) Solicito seja procedida chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal, 27 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Acyr Saldanha de Loyola. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solici-

tando voto de pesar pelo falecimento do Professor, Dr. Lysandro de Santos Lima, ocorrido na cidade de São Paulo. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Accácio de Oliveira Vermelho, ocorrido em Apucarana. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rubina Marques de Castro, ocorrido na cidade de Tapejara. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do quadragésimo aniversário de criação do SENAI, em nosso País. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, às 9:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 05, 07, 11, 20 e 44/82.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.^{os} 133, 137/81, e 06, 33, 42, 57 e 60/82, e dos Projetos de Resolução n.^{os} 03, 06, 10 e 37/82.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 174/81, 56 e 74/82.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.^o 19/82.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 29 e 41/82.

Levanta-se a Sessão.